



PROTINORTE
PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PROT-NORTE

Discussão Pública

Para um Sistema Territorial
Mais Coeso

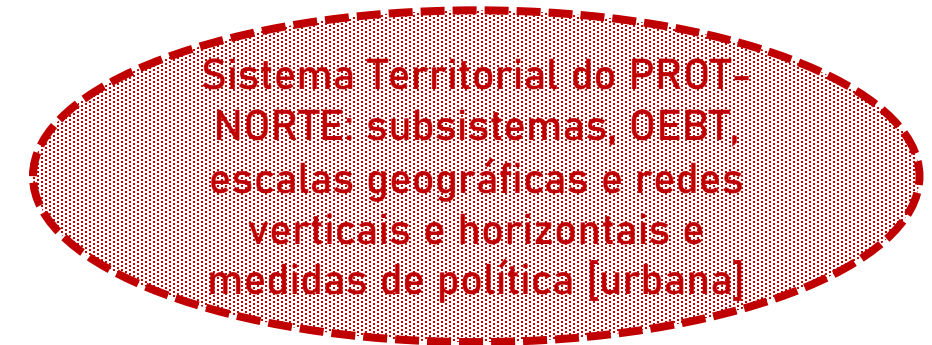
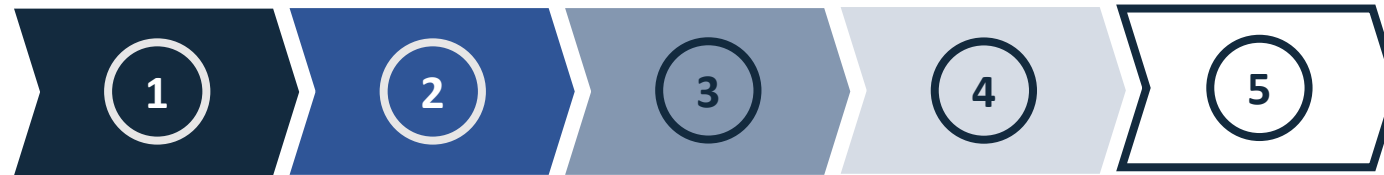
CCDR
NORTE

Vila Real

23 de outubro de 2024, 14:30h

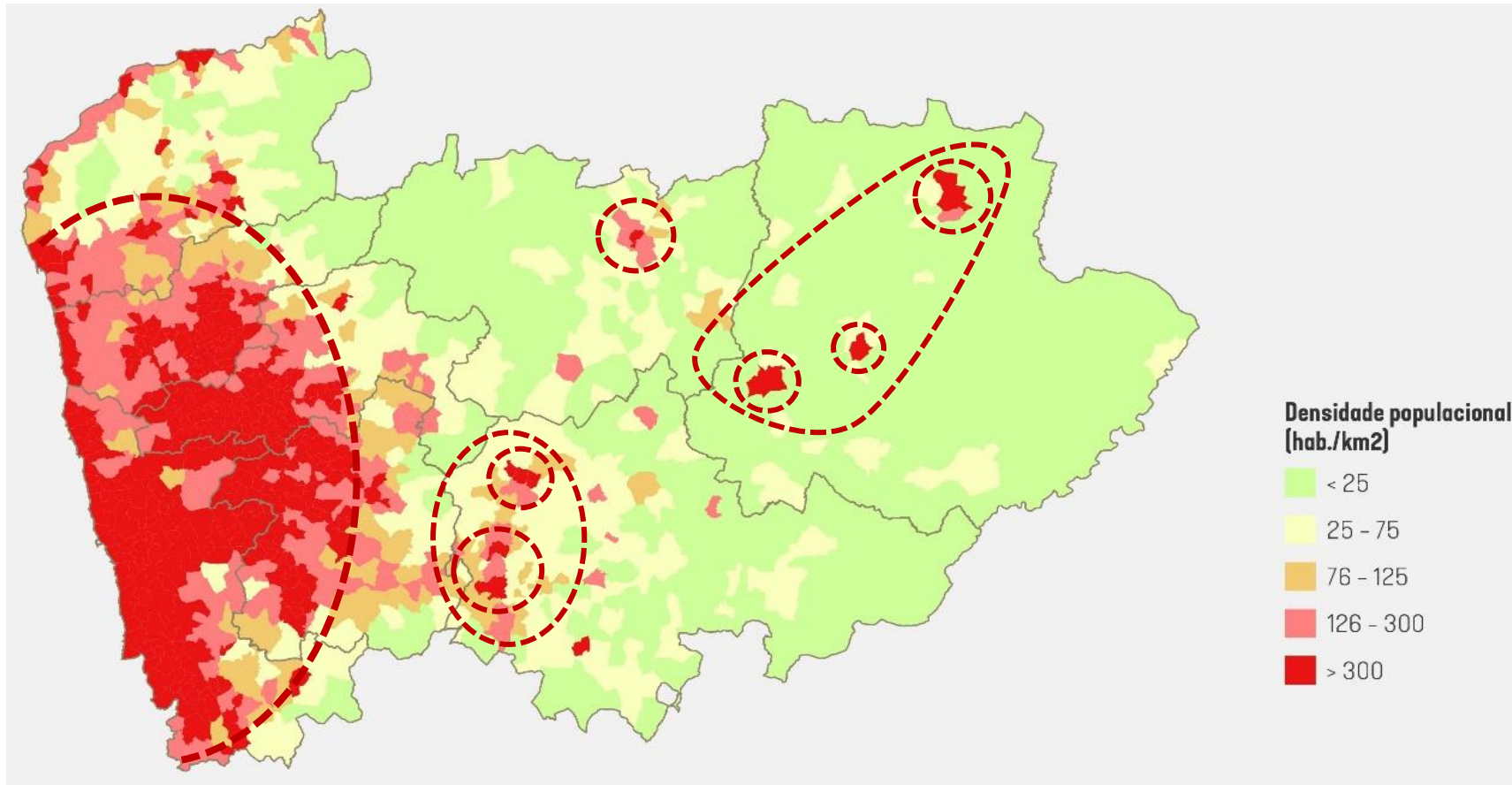


Rui Monteiro, CCDR Norte, I.P.



- 1 - Distribuição territorial e concentração da população e estrutura urbana regional [área metropolitana e conurbação urbano-industrial e redes e eixos urbanos];
- 2 - Delimitação geográfica e caracterização funcional dos [3] subsistemas do Sistema Territorial do PROT-NORTE;
- 3 - Leitura multiescalar das quatro [4] Opções Estratégicas de Base Territorial que permitem dar resposta [9] desafio “Um Norte mais Policêntrico para um Sistema Territorial mais Coeso”;
- 4 - Caracterização das complementaridades funcionais que decorrem não só de escalas geográficas distintas, mas também de ligações [e redes] interurbanas e urbano-rurais em contextos diversos e respetivas políticas públicas;
- 5 - Articulação entre Opções Estratégicas de Base Territorial, escalas geográficas e redes verticais e horizontais e medidas de política [urbana].

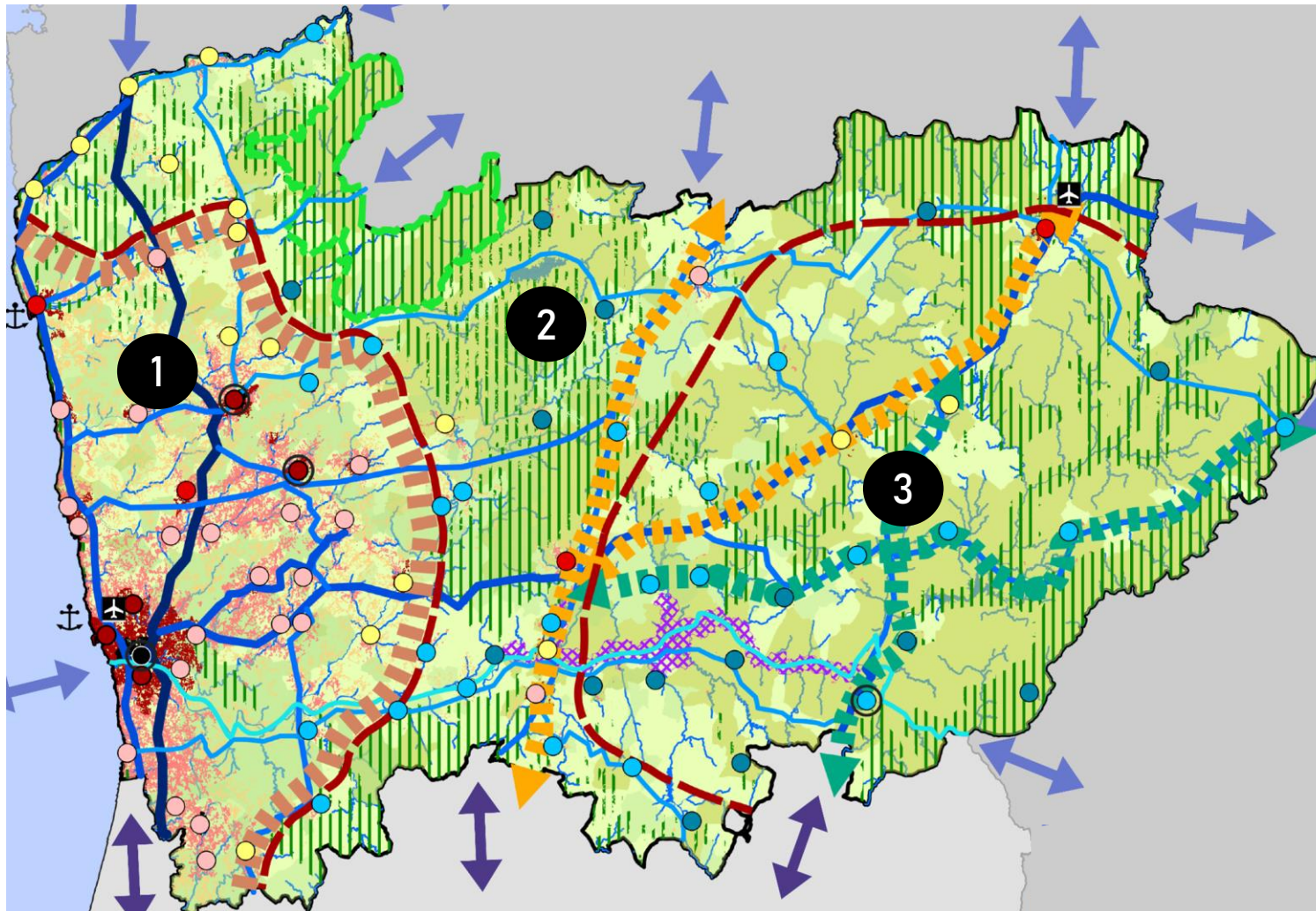
2. Sistema territorial e densidade populacional



Fonte: INE, Censos 2021

- Existência de um contínuo urbano que vai desde a AMP aos municípios que constituem a sua conurbação urbano-industrial, que se foi [e vai] alargando em mancha de óleo;
- Nas sub-regiões [NUTS III] mais do interior [Alto Tâmega e Barroso, Terras de Trás-os-Montes e Douro] predominância de um modelo de povoamento mais polarizado por uma ou outra rede urbana ou centro urbano relativamente à sua envolvente;
- Esse modelo é diferente daquele que foi descrito no primeiro ponto respeitante [em parte] às sub-regiões [NUTS III] mais [próximas] do litoral, como a AMP, o Ave, o Cávado ou o Tâmega e Sousa.

3. Sistema Territorial do PROT-NORTE



A consolidação do sistema urbano policêntrico regional assenta na existência de subsistemas territoriais enquadrados em contextos com problemáticas e desafios urbanos diferenciados:

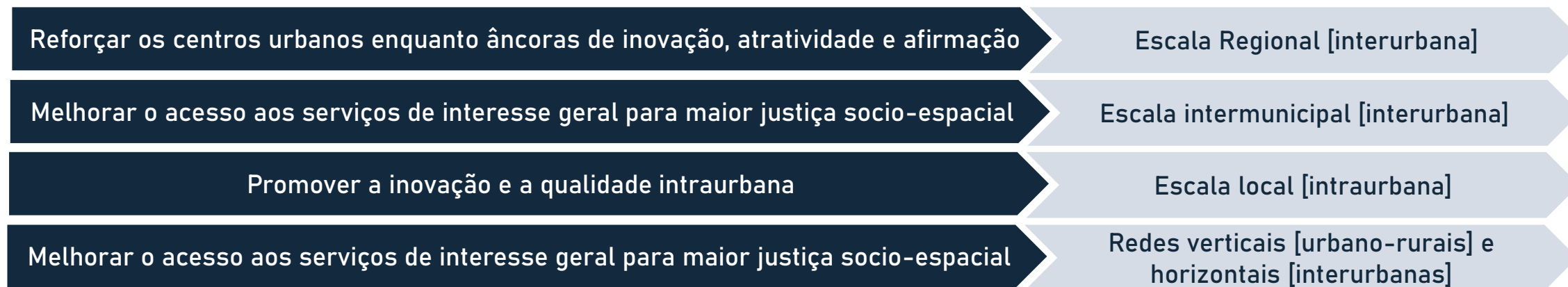
1. Sistema Urbano do Noroeste [qualificar] – contexto de grande conflitualidade no uso do solo, muito pressionado pela urbanização e pela multifuncionalidade, onde os sistemas ecológicos têm dificuldade em coexistir ou resistir;
2. Sistema Urbano dos Territórios de Transição [consolidar] – território de urbanização difusa, polarizado por centros urbanos de pequena ou média dimensão, com intensas relações urbano-rurais, constituindo áreas pressionadas pela procura habitacional e de espaço para a indústria, a logística ou o comércio grossista, num contexto natural excecional;
3. Sistema Urbano do Nordeste [estruturar] – áreas rurais com fraca densidade urbana, oferta de serviços relativamente escassa e fluxos interurbanos pouco expressivos, colocando-se os desafios no relacionamento urbano-rural, na qualificação urbana e nas respostas à atratividade residencial e económica em harmonia com o capital natural e cultural.

4. Sistema Territorial e complementaridades funcionais multiescalares

- Os diferentes centros urbanos do Norte de Portugal encontram-se interconectados, constituindo sistemas e subsistemas que se vão ligando entre si em diferentes escalas e criando redes [verticais e horizontais] multipolares;
- O sistema urbano [policêntrico] do Norte de Portugal depende, assim, de complementaridades funcionais multiescalares e multidimensionais, isto é, de complementaridades funcionais que pressupõem não só ligações [e redes] interurbanas e urbano-rurais em contextos diversos, mas também escalas geográficas distintas;
- Este exercício [conceptual] também implica uma leitura multiescalar das quatro [4] Opções Estratégicas de Base Territorial [OEBT] que permitem dar resposta ao nono [9] desafio da Estratégia e Modelo Territorial do PROT-NORTE [“Um Norte mais Policêntrico para um Sistema Territorial mais Coeso”].

Opções Estratégicas de Base Territorial [OEBT]

Escalas geográficas e redes



5. Escalas geográficas e redes e políticas públicas

Escalas e redes	Políticas Públicas
Escala Regional [interurbana]	<ul style="list-style-type: none">• Implementada principalmente nos centros urbanos que dispõem de condições para oferta de bens e serviços de âmbito regional [NUTS II] mais especializados, como o ensino superior ou os cuidados [mais] diferenciados na área da saúde, e a criação de infraestruturas e projetos com elevado potencial de internacionalização da economia do Norte de Portugal, da sua afirmação externa, na cultura, na ciência ou no turismo, e do seu sistema regional de inovação e respetivos agentes [públicos e privados];
Escala Intermunicipal [interurbana]	<ul style="list-style-type: none">• Implementada principalmente ao nível sub-regional [nomeadamente nas sub-regiões que correspondem às circunscrições das entidades intermunicipais], enquanto espaços ou áreas urbanas funcionais e de vida [quotidiana], considerando a organização e gestão dos sistemas de transportes públicos e a oferta de serviços complementares, como mobilidade a pedido ou o transporte flexível, na sua relação com a consolidação de bacias de emprego e deslocações casa-escola, a otimização da oferta de serviços de interesse geral nas mais diversas áreas [e.g. educação, saúde, cultura, desporto, lazer], e a programação cultural em rede e respetivas itinerâncias;
Escala Local [intraurbana]	<ul style="list-style-type: none">• Implementada principalmente ao nível de um bairro ou de uma cidade ou de uma vila, para dar resposta a questões específicas de uma dada comunidade, como a melhoria das infraestruturas coletivas e dos serviços de proximidade, a promoção dos modos suaves, a oferta de habitação, a ação climática, a qualificação do edificado e do espaço público ou a reabilitação e a regeneração urbanas;
Redes Verticais [urbano-rurais]	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento da atividade agroflorestal, produção de bens públicos agroambientais ou serviços de ecossistemas indispensáveis à dinamização de outras atividades produtivas em meio rural, como o turismo ou a indústria agroalimentar, a diversificação e resiliência económica e social, a promoção de emprego [e de emprego qualificado], a sustentação dos pequenos aglomerados e centros urbanos e, assim, a gestão demograficamente equilibrada dos territórios, no contexto das transições ambiental e digital [e acesso universal às redes de elevada capacidade];
Redes Horizontais [interurbanas]	<ul style="list-style-type: none">• Cooperação interurbana e inter-regional em áreas como mobilidade sustentável e neutralidade carbónica, metabolismo urbano e preservação ambiental, património histórico, cultural e artístico, transição digital nos centros urbanos e cidades inteligentes, centros urbanos ou bairros culturais e criativos, (re)industrialização, espaços industriais e excelência urbana, água, saúde e qualidade de vida urbana, cidades competitivas e ecossistemas de inovação, economia circular e gestão [inteligente] de resíduos.

6. OEBT, escalas e redes e medidas de política

OEBT	Escalas	Medidas de Política
<p>Reforçar os centros urbanos enquanto âncoras de inovação, atratividade e afirmação externa [1]</p>	<p>Escala regional [interurbana]</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articular um conjunto de serviços de mobilidade e logística, de serviços energéticos e digitais, suportados em adequadas redes de infraestruturas [e.g. portuárias, aeroportuárias, ferroviárias ou rodoviárias], aliando o reforço do policentrismo à internacionalização da economia regional e, assim, potenciando uma rede alargada de centros urbanos estruturantes e a coesão territorial; • Qualificar as infraestruturas de promoção da conectividade externa do Noroeste e dos seus principais centros urbanos [e.g. portuárias, aeroportuárias, ferroviárias ou rodoviárias], enquanto principais plataformas logísticas do Norte de Portugal como um todo, conciliando elevados níveis de competitividade, equidade no acesso, crescente digitalização dos serviços e neutralidade carbónica; • Diversificar a oferta de ensino superior e reforçar a formação contínua, pós-graduada e de curta-duração em áreas de maior empregabilidade [e.g. formação ao longo da vida; requalificação da população ativa escolarizada]; • Dinamizar ecossistemas de inovação locais e dos domínios prioritários de especialização inteligente regional, mobilizando os agentes do sistema regional de inovação, públicos e privados, para a criação de conhecimento científico e tecnológico, a transferência de conhecimento e de tecnologia e o investimento empresarial na valorização económica do conhecimento; • Aumentar a capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios [epidemiológicos, demográficos, ambientais e digitais] e modernizar tecnologicamente o diagnóstico e a terapêutica altamente especializada das unidades hospitalares; • Internacionalizar a cultura e os bens culturais, quer na vertente infraestrutural [e.g. património histórico e cultural; museus e outras infraestruturas culturais simbólicas], quer na vertente imaterial [e.g. eventos associados aos sítios classificados pela UNESCO; criação artística a partir de abordagens dramáticas]; • Promover a região como destino de realização de filmes e território de criação e produção audiovisual e capacitar [para esse efeito] os seus agentes culturais e criativos relevantes; • Melhorar a eficiência na gestão de infraestruturas, incrementar o envolvimento da população na governação, disponibilizar em tempo real informação sobre a[s] existência[s] de bens e serviços e monitorizar consumos e fluxos, através do recurso aos serviços digitais [cidades digitais].

6. OEBT, escalas e redes e medidas de política

OEBT	Escalas	Medidas de Política
Melhorar o acesso aos serviços de interesse geral para maior justiça socio-espacial [2]	Escala intermunicipal [interurbana]	<ul style="list-style-type: none">• Qualificar a rede de serviços coletivos territoriais em áreas como a educação, a saúde, o apoio social, a cultura, o desporto ou o lazer;• Alargar a cobertura territorial de balcões multisserviços [ou balcões de inclusão] e promover o recurso a unidades móveis, especialmente em territórios de baixa densidade, tendo em vista a promoção do acesso ou da provisão de serviços coletivos de proximidade para pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, idosos e respetivos familiares;• Construir e reabilitar de sistemas de abastecimento de água para consumo humano e saneamento de águas residuais [em baixa e em alta, através de sistemas multimunicipais];• Promover a gestão de resíduos em baixa e em alta [através de sistemas multimunicipais], nomeadamente através da criação de redes de recolha seletiva e triagem, e da economia circular em contexto urbano;• Promover a mobilidade urbana [mais] sustentável, com reequilíbrio em favor do transporte público e dos modos suaves e fomentando a adoção de tecnologias e de fontes energéticas mais sustentáveis e eficientes, bem como a aposta numa maior eficiência das cadeias logísticas locais e sub-regionais de distribuição de mercadorias;• Mobilidade a pedido e transporte flexível associado à reestruturação da provisão dos serviços de interesse geral [e.g. educação, saúde, apoio, social];• Dinamizar a programação cultural em rede e as itinerâncias de espetáculos, exposições e outros eventos culturais e criativos;

6. OEBT, escalas e redes e medidas de política

OEBT	Escalas	Medidas de Política
Promover a inovação e a qualidade intraurbana [3]	Escala local [intraurbana]	<ul style="list-style-type: none">• Reabilitar e regenerar espaços urbanos, com enfoque nos desafios associados à atração de população para os centros urbanos, à provisão de espaços inclusivos e acessíveis e que potenciem a mobilidade intra e interurbana;• Refuncionalizar equipamentos coletivos e qualificar espaço público, visando a acessibilidade, a segurança e a inclusão;• Promover a habitação social [destinada a cidadãos e famílias carenciadas] e a habitação a custos acessível ou a custos controlados [destinada a população mais jovem] e a regulação do mercado imobiliário;• Reduzir a vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima ou à minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações;• Dinamizar comunidades de energia renovável, promovendo maior proximidade local entre produção e consumo de energia e envolvendo a participação organizada de agentes territoriais no sistema elétrico;

6. OEBT, escalas e redes e medidas de política

OEBT	Redes	Medidas de Política
Melhorar as articulações interurbanas e rurais urbanas [4]	Redes verticais [urbano-rurais]	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o investimento em infraestruturas digitais de banda larga [fixa e móvel] em territórios de baixa densidade populacional, instalando redes de comunicações eletrónicas de elevada capacidade [Gigabit] nos territórios não cobertos pelo mercado de telecomunicações [e.g. zonas brancas], onde estas operações comerciais não são rentáveis; • Desenvolver [rede de] aldeias de nova geração, mais inclusivas, inteligentes e sustentáveis, capazes de revitalizar o espaço rural e de o tornar mais atrativo para viver, empreender e visitar; • Recorrer às novas tecnologias e à digitalização para superar distâncias geográficas [e.g. telemedicina, apoio social, administração em linha], desenvolvendo modelos que promovam alternativas sociais, económicas e na prestação de serviços, públicos e privados; • Estimular a ação coletiva dos agentes locais para a melhoria da competitividade dos territórios de baixa densidade e a criação de emprego [qualificado], através de iniciativas e estratégias de valorização económica de recursos inimitáveis e intransferíveis [e.g. naturais, património histórico ou saberes tradicionais]; • Constituir e adensar redes periurbanas de espaços naturais e agroflorestais que proporcionem a fruição da natureza em contexto de proximidade ou a produção de alimentos frescos [cadeias curtas], reduzindo os efeitos das ilhas de calor, aumentando a capacidade de retenção e infiltração da água, diminuindo riscos de extremos meteorológicos e, assim, melhorando o balanço de carbono em territórios com emissões elevadas.
	Redes horizontais [interurbanas]	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a afirmação dos centros urbanos enquanto nós de redes de inovação e de competitividade territorial, valorizando ofertas diferenciadoras capazes de atrair investimentos e recursos e reforçando as funções económicas das cidades, nomeadamente através da atração de talento e de capital criativo [redes urbanas para a competitividade]; • Promover lógicas interurbanas de redes com vista à otimização das infraestruturas ambientais e de conectividade ecológica [e.g. corredores verdes], que promovam a acessibilidade e a mobilidade sustentável com capacidade para reduzir a pegada carbónica dos usos individuais de viaturas, com relevância para a articulação com os modos suaves [redes urbanas para mitigação dos efeitos das alterações climáticas e a descarbonização]; • Dinamizar estratégias de digitalização para assegurar respostas inovadoras na provisão de bens e serviços, públicos e privados, em contextos urbanos favoráveis à capacitação do capital humano, à inovação e à intensificação e transformação tecnológica, fomentando o desenvolvimento de centros urbanos e territórios inteligentes [redes urbanas digitais].

Um PROT do Norte, com o Norte,
para um Norte mais coeso.

Obrigad@!

PROT com (o) NORTE